

Equilíbrio, ação e oração: A luta dos moradores de Contagem (MG) contra a poluição da fábrica Itaú nos anos 1970

Balance, action and prayer: The struggle of residents of Contagem (MG) against air pollution of the Itaú factory in the 1970s

Renata Cristina Silva

Mestra em História

Universidade Federal de Minas Gerais

prof.renatacsilva@gmail.com

Recebido em: 13/03/2020

Aprovado em: 22/04/2020

Resumo: O presente artigo busca analisar o conflito socioambiental em torno da poluição envolvendo a Companhia Cimento Portland Itaú localizada em Contagem, Minas Gerais. Por meio de reportagens, recortes de jornais e revistas, depoimentos orais, dentre outras fontes, constatamos que as mobilizações que se organizaram em torno da questão da poluição em Contagem foram demandas que surgiram entre outras inúmeras reivindicações contra a precariedade da vida cotidiana dos trabalhadores brasileiros nos anos 1970 e 1980. O aumento das pressões pela redemocratização contribuiu para que distintos grupos sociais insatisfeitos expressassem suas demandas na arena pública. Assim, as lutas socioambientais desse período integraram a emergência de novos protagonistas da ação política no Brasil que passaram a reivindicar melhores condições de vida e trabalho.

Palavras-chave: Poluição Atmosférica; Conflitos Socioambientais; Contagem.

Abstract: This article seeks to analyze the socio-environmental conflict related to the pollution involving the Cimento Portland Itaú Company localized in the district of Contagem, Minas Gerais. We could observe, by means of interviews, clippings of magazines and newspapers, oral testimonies, among other sources, that the mobilizations organized concerning the pollution issue in Contagem were demands that arose among other innumerable claims against the daily life precariousness of the Brazilian workers in the 1970s and 1980s. Increased pressure for redemocratization contributed so that several unsatisfied social groups manifested their demands in the public arena. Therefore, the socio-environmental struggles of this period integrated the emergence of new characters of the political action in Brazil that begun to claim better living and working conditions.

Keywords: Atmospheric Pollution; Socio-environmental Conflicts; Contagem.

Introdução

Em meados dos anos 1970, organizou-se no município de Contagem, Minas Gerais, uma série de manifestações populares contra a poluição do ar provocada pelas atividades produtivas da Companhia Cimento Portland Itaú. A indústria, que se instalou na região na década de 1940, passou a ser pressionada a instalar equipamentos antipoluentes em suas chaminés para conter a grande dispersão de resíduos na atmosfera. A vizinhança local, composta de trabalhadores de baixa renda, reclamava do pó de cimento que caía sobre suas residências e, principalmente, das doenças respiratórias e dermatológicas que se agravavam pelo contato diário com a poluição.

Em agosto de 1975, o alvará de localização e funcionamento da fábrica foi suspenso pelo poder executivo local pela não adequação da indústria às normas ambientais do município. Todavia, o Decreto-Lei 1.413/75, expedido pelo presidente militar Ernesto Geisel, monopolizou ao executivo federal a competência para se fecharem indústrias consideradas de interesse para a Segurança Nacional. A decisão do prefeito foi cancelada e a Companhia Itaú foi reaberta, mas os incômodos que deram origem aos primeiros conflitos relacionados à poluição do ar na região persistiram.

Para analisarmos o acirramento desses conflitos e as disputas entre distintos grupos e interesses sobre a questão da poluição da Itaú em Contagem, a partir da segunda metade dos anos 1970, utilizamos nesta pesquisa o conceito de conflito socioambiental. Para Paul Little (2001, p. 107) os conflitos socioambientais podem ser definidos como “disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com o seu meio natural”. Segundo o autor, o conceito engloba três perspectivas básicas: “o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos”.

A temática dos conflitos socioambientais também foi bastante explorada por Henri Acselrad, que define estes conflitos como aqueles que envolvem grupos sociais com modos distintos de apropriação, uso e significação do território. Nessa perspectiva, os conflitos teriam origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolve ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos ou agentes (ACSELRAD, 2004, p. 26).

No conflito socioambiental envolvendo a fábrica Itaú, quando nos referimos à apropriação e ao uso de um meio estamos nos referindo à apropriação de um recurso natural tipicamente coletivo e indivisível, afinal, como designar um lote de atmosfera específico a um indivíduo? Além de não possuir um dono, a atmosfera também não possui um preço e tem infinitos consumidores (DRUMMOND, 2001, p.128). Ainda nessa lógica, por não ser possuída individualmente, a atmosfera, como outros recursos naturais, necessita de uma proteção pública oferecida, geralmente, pelo Estado, agente que interviu no conflito posto em discussão de acordo com os seus interesses e em diferentes momentos e circunstâncias, como demonstraremos mais adiante. A fábrica Itaú ocupou, por sua vez, uma das extremidades desse conflito, já que suas atividades produtivas limitavam o uso coletivo daquele recurso natural. Na outra extremidade dessa disputa estavam os moradores-trabalhadores da cidade de Contagem, que representavam o grupo a quem mais se destinavam os impactos socioambientais resultantes das atividades produtivas da fábrica de cimento.

É importante salientar que o caso ocorrido em Contagem, com a fábrica Itaú, não foi o único episódio crítico de poluição do ar no Brasil que gerou graves danos à saúde da comunidade local e motivou protestos durante as décadas de 1970 e 1980. Em 1973, na cidade de Perus, localizada no estado de São Paulo, organizou-se um movimento de moradores “em prol de uma solução para o flagelo do pó lançado na atmosfera” pela Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (SIQUEIRA, 2001, p.80). Naquele mesmo ano, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, a indústria de celulose Borregaard, foi interdita pelo governador do estado por alguns meses. Desde a sua instalação, em 1972, a indústria era alvo de intensa mobilização popular contra os impactos ambientais provocados por suas atividades produtivas. Ressalta-se o amplo debate estadual sobre “poluição e qualidade de vida” que esse quadro desencadeou e o apoio da imprensa, de alguns políticos locais e a própria atuação do ambientalista José Lutzenberger e da entidade que ele presidia, a AGAPAN, Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (PEREIRA, 2014, p.1-20). Recordemos também o complexo industrial de Cubatão, cidade localizada no litoral de São Paulo, e que nos anos 1980 ficou mundialmente conhecida como “Vale da Morte” em decorrência dos desastres socioambientais das vilas Socó e Parisi (FERREIRA, 2006, p.165-166).

Diversos outros casos graves de contaminação ambiental ganharam repercussão nacional no mesmo período, transformando-se em disputas pelos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e pressionando instituições políticas e administrativas a se abrirem para a

discussão pública sobre a questão ambiental no país. Ainda no começo dos anos 1970, a ditadura militar brasileira esforçava-se na sustentação de uma política desenvolvimentista, postura que ficou evidente na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (ou Conferência de Estocolmo), em 1972, em que a delegação brasileira defendeu a tese de que:

[...] somente o desenvolvimento poderia gerar recursos para a preservação do meio ambiente nos países subdesenvolvidos e não justificava nem paralisar o desenvolvimento a pretexto de evitar a poluição, nem desviar recursos, já escassos, do desenvolvimento econômico para o controle da poluição (PLAMBEL, 1973, p.2).

Dessa forma, o governo brasileiro rejeitou as propostas de conservação em Estocolmo e afirmou no plano interno e internacional sua opção de desenvolvimento (DUARTE, 2015, p.75), postura que encontrou apoio em representantes de outros países pobres. Cabe também ressaltar que a emergência do debate ambiental nos anos 1970 foi muitas vezes considerada uma “temática secundária” nos meios intelectuais e acadêmicos face à miséria, ao analfabetismo, ao desemprego, à falta de moradia e à ausência de democracia no país, como aponta a historiadora Regina Horta Duarte (2005, p. 145).

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o aumento das pressões pela redemocratização teria representado uma mudança na estrutura de oportunidades políticas e possibilitado a expansão das mobilizações coletivas. A redução da censura prévia aos meios de comunicação, a Lei da Anistia política, em 1979, o fim do bipartidarismo e o êxito de vitórias do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para cargos do legislativo, executivos locais e governos do estado em 1974, 1978 e 1982 constituíram um efeito de demonstração para mobilizações de vários setores da sociedade civil constituindo um ciclo de protesto (ALONSO, COSTA, MACIEL, 2007, p.53-54). Esse período é marcado, por exemplo, pelas mobilizações do operariado, das mulheres, dos negros, dos seringueiros da Amazônia, assim como pela constituição de movimentos sociais ecológicos e pelo “delineamento de novas percepções culturais e diferentes atitudes e interação com relação ao meio ambiente” (DUARTE, 2005, p.146).

A nova postura cultural da sociedade com relação ao meio ambiente, que emergiu junto a essa intensa movimentação social, estimulou condutas coletivas e contribuiu para a consolidação das questões ambientais no Brasil como questões públicas, refletindo-se em

importantes avanços no ordenamento jurídico brasileiro.¹ Ressalta-se também o impacto dessas mudanças para o campo historiográfico que se dedica a pensar as relações entre as sociedades e a natureza ao longo do tempo. O desenvolvimento, a consolidação e a expansão da História Ambiental como campo de investigação histórica é uma evidente demonstração da relevância que as questões ambientais passaram a ocupar nas agendas globais (CARVALHO, PÁDUA, SEDREZ, 2018, p.12). A poluição atmosférica, o desmatamento, as enchentes, o esgotamento de recursos, dentre outros problemas ambientais, permanecem como demandas atualíssimas, principalmente, nos grandes centros urbanos, e nos desafiam a repensar as relações entre sociedade e natureza.

O mundo natural ocupa um papel importante nos conflitos socioambientais – como o que envolve a fábrica Itaú –, já que representa um agente não-humano ativo que intervém nos conflitos segundo suas próprias dinâmicas biofísicas (LITTLE, 2001, p.120). Entre o mundo natural e o mundo humano, dito social, há uma inter-relação. Ambos se afetam, se agenciam (MAIA, 2014, p.21). Por isso, faz-se tão necessário e urgente entendermos o mundo não-humano como um agente ativo na conformação de nossas vidas e experiências nas cidades.

O sonho da Cidade Industrial e a precariedade da vida urbana

A cidade de Contagem pertence à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e ocupa uma área de 195,045 km². Nos anos 1940, Contagem passou a sediar o maior complexo industrial do estado de Minas Gerais: a Cidade Industrial. Atraídas pelos incentivos fiscais do governo estadual, indústrias de peso se instalaram na região, como a Companhia Siderúrgica Mannesmann e a Companhia Cimento Portland Itaú.

O plano da Cidade Industrial de Contagem foi gestado no seio dos planos de uma burguesia mineira que, desde 1928, por meio de suas entidades de classe, posicionava-se a favor de uma política de desenvolvimento e de racionalização do trabalho industrial como forma de superar o atraso econômico do estado. No imaginário do empresariado daqueles anos, como afirma Magda de Almeida Neves, a indústria figurava “como elemento-chave do progresso, da iniciativa e da capacidade criadora” (NEVES, 1994, p.26). A autora ainda ressalta que, durante o período de gestão da Cidade Industrial:

¹ Na Constituição Federal de 1988 há um capítulo próprio relacionado ao Meio Ambiente que “procurou ser um alicerce de alto nível para a sistematização da já vasta legislação ambiental brasileira” (DRUMMOND; BARROS-PLATIAU, 2006, p. 95).

[...] forma-se, tanto no governo como nos empresários, a visão de que a concentração de indústrias no mesmo espaço urbano apresentava-se como a possibilidade de Minas incorporar-se de forma mais dinâmica e definitiva ao progresso das nações e à modernidade do trabalho (NEVES, 1994, p.32-33).

Fortemente embalado pela ideologia do progresso, o empresariado mineiro dos anos 1930 ambicionava promover a expansão industrial de Belo Horizonte. Essa ideia, porém, esbarrava na insuficiência da oferta energética e nas altas tarifas cobradas, cuja distribuição no município era de concessão da Companhia Força e Luz Minas Gerais subsidiária da multinacional americana *Bond & Share*. Em busca de uma solução, e inspirado pelos anseios do empresariado, o governo de Benedito Valadares lançou o projeto de construção da Cidade Industrial em Contagem. O plano também previa a construção da Usina Hidrelétrica de Gafanhoto no rio Pará, a 90 km de Belo Horizonte, para o fornecimento de energia às indústrias que viessem se instalar no novo complexo industrial. O plano previa ainda a construção de uma avenida pavimentada (a Avenida Amazonas), com 35 metros de largura ligando a Cidade Industrial a Belo Horizonte. Segundo Diniz (1981, p.53) “o lançamento da Cidade Industrial de Contagem, com a respectiva usina hidrelétrica, foi a maior realização do governo de Benedito Valadares (1933-45) no campo econômico e, ao mesmo tempo, base para futuras iniciativas estatais”.

O projeto objetivava encontrar um local apropriado para a instalação de indústrias fora do núcleo urbano da capital e fora da área da concessão da Companhia Força e Luz Minas Gerais. O local escolhido mostrou-se vantajoso por sua proximidade com Belo Horizonte, ao mesmo tempo em que atendia ao objetivo de “segregar as atividades industriais no meio urbano”, mantendo a integridade desse “meio” como ambiente limpo, ordenado e saudável (MINAS GERAIS, 1978, p.14). A Cidade Industrial, portanto, foi planejada desde o princípio como algo que “visava completar Belo Horizonte sem desfigurá-la” (PAULA, 1994, p. 45. Apud. TEIXEIRA, 2015, p.50).

A Companhia Cimento Portland Itaú foi o primeiro empreendimento a se instalar na Cidade Industrial, em 1941, e se tornou uma das mais importantes da região e do estado de Minas Gerais fornecendo cimento para grandes obras como, por exemplo, para a construção de Brasília. A vinda da siderúrgica Mannesmann, em 1952, concretizou a meta de desenvolvimento do governo estadual e dos empresários mineiros. Juscelino Kubitschek, então governador de Minas Gerais, celebrou a instalação da siderúrgica alemã dizendo: “Cada golfada de suas chaminés e cada descarga de seus fornos, com suor de milhares de trabalhadores que empregará, com padrões de salários mais altos representarão injeções diárias de mais dinheiro na economia

cotidiana do povo mineiro” (NEVES, 1994, p.36 -37). Associada à produção, ao progresso, à geração de empregos, o discurso positivo sobre a poluição do ar era endossado pelo representante político mineiro.

Com o crescimento acelerado da Cidade Industrial a partir dos anos 1950, as fábricas surgiram como figuras faustuosas no espaço urbano. A fotografia a seguir foi publicada pela “Revista Minas Gerais”, em 1970.

Imagem 1: Fábrica de Cimento Itaú e ao fundo a Cidade Industrial



Fonte: CONTAGEM NO TEMPO. Disponível em: <http://www.contagemnotempo.com.br/fabrica-de-cimento-itaú-e-ao-fundo-cidade-industrial-1970/>. Acessado em: 12/03/2020.

O enquadramento da imagem nos permite observar as chaminés da Companhia Itaú em destaque e, ao fundo, parte da Cidade Industrial. A fotografia transmite a ideia de vastidão, de um espaço urbano-industrial consolidado, que se estende até os limites das famosas serras de Minas Gerais. Outro detalhe importante é a presença da fumaça branca que sai das chaminés da indústria. A intensidade da luz natural nos permite observar o alcance desses gases na atmosfera. A fumaça ultrapassa o horizonte, sugerindo a ideia de que podia ser vista de qualquer ponto da Cidade Industrial.

As chaminés e as fábricas, que compunham cada vez mais a paisagem urbano-industrial de Contagem, foram incorporadas aos símbolos do município, como podemos observar em alguns versos do Hino Oficial da cidade: “Teu progresso está patente / num porvir certo e feliz / Contagem, nossa alma contente / Te quer, te ama e bendiz. // Labutam seus filhos felizes /

Buscando progresso e beleza / Nos campos de lindos matizes / Nas fábricas de tanta riqueza”.² Em seus versos, o Hino Oficial de Contagem nos apresenta uma visão idealizada sobre o trabalho e os trabalhadores e reforça o discurso do progresso, de um destino certo e glorioso que o município carrega quase como uma “vocação”.

E, assim, seduzidos pela oportunidade de trabalho nas indústrias, em pouco tempo cresceu o número de pessoas que migravam de toda parte do estado de Minas Gerais buscando melhores condições de vida em Contagem. Entre os anos de 1950 e 1970, o número de habitantes do município passou de seis mil para cento e onze mil moradores (CONTAGEM, 2014, p.2). Famílias inteiras se deslocavam para a cidade trazendo na bagagem a experiência de trabalho no campo e alguns sonhos e expectativas, como o de aprender um novo ofício, portar uma carteira profissional, conquistar um lugar de moradia digno e próximo ao local de trabalho, e, também, o de oportunizar melhores condições de escolarização aos filhos. Constituíam-se, assim, verdadeiros projetos familiares embalados pela promessa de um progresso que as classes dominantes – empenhadas no projeto de construção da Nação – acenavam como possibilidade de uma vida nova.

Uma moradora do bairro Eldorado, que nos concedeu entrevista,³ relatou os motivos que trouxeram sua família de Morada Nova, a 168 km de Belo Horizonte, para a região de Contagem, em agosto de 1963, quando tinha apenas seis anos de idade.

O maior objetivo, na verdade, era da minha mãe. O meu pai era acomodado. Por ele teria ficado lá. Mas minha mãe queria que a gente viesse para estudar. Onde nós morávamos, lá na roça, para ir para uma escola era numa outra cidade. Era roça mesmo. Não tinha nem escola rural. Então, ela queria novos horizontes, novas oportunidades.⁴

O processo de industrialização que se intensificou no país a partir dos anos 1950 provocou a emergência de necessidades sociais e urbanas novas. A modernização econômica, como analisa José Álvaro Moisés, impôs expectativas novas à mão de obra e, ao mesmo tempo, uma ânsia de valorização em termos de qualificação e de especialização para o conjunto da força de trabalho (MOISÉS, 1985, p.17). Os cursos profissionalizantes foram intensamente procurados neste período, principalmente, pelos filhos homens das famílias que migraram para Contagem. O

² Hino Oficial do município criado pela Lei nº 750, de janeiro de 1976. Letra de Nair Mendes Moreira.

³ Realizamos entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres residentes nos bairros próximos à Cidade Industrial. A prioridade por depoentes do gênero feminino se deve ao fato de que as mulheres, no papel de mães e donas de casa, têm um ponto de observação privilegiado sobre a poluição e seus impactos, sobretudo, na saúde da família e no cuidado com a casa. Esta pesquisa, porém, optou por preservar a identidade das entrevistadas.

⁴ Entrevista concedida por M.d.G.S.S à autora. Contagem/MG. 20/03/2017.

desejo de ser um industriário também foi projetado na figura dos filhos, os quais foram estimulados a se prepararem para talvez alcançar o que não alcançaram os seus pais.

Mulheres, especialmente jovens e solteiras, também compunham o cenário das fábricas e eram empregadas, principalmente nas indústrias têxteis, alimentícias, eletrônicas ou em pequenas metalúrgicas. As ocupações que exigiam delicadeza, destreza, que eram monótonas e repetitivas, eram sinalizadas como “serviços próprios para mulheres”, ao passo que o trabalho pesado, perigoso e insalubre nas indústrias de cimento, siderúrgicas e empresas de produtos refratários era desempenhado, em sua grande maioria, por homens, porque eram serviços “próprios para homens” (NEVES, 1994, p.51).

Em sua pesquisa, a autora acena para a clara divisão do trabalho baseado no sexo que apareceu desde o início do funcionamento da Cidade Industrial, a qual manifesta a reprodução da tradicional figura feminina apesar do imaginário moderno que sustentou a própria concepção do complexo industrial (NEVES, 1994, p.52).

Enquanto o município se transformava em um cenário predominantemente urbano-industrial, os trabalhadores e suas famílias se acomodavam como podiam na cidade, residindo, muitas vezes, ao lado das fábricas e atendidos por uma incipiente infraestrutura de serviços urbanos. Os moradores conviviam com inúmeras dificuldades e carências como a precariedade do serviço de transportes, a inexistência da rede de água e de esgoto, a falta de iluminação pública, de pavimentação das ruas ou escolas e creches que atendessem a população. Uma moradora que se mudou para o bairro Eldorado no início dos anos 1970 lembrou em seu depoimento as dificuldades enfrentadas devido à precária infraestrutura do bairro.

Esse asfalto aqui nós pagamos ele todo. Eu tenho provas. Eu tenho os meus carnês. (...) Eu paguei o carnê todo. Asfaltaram a rua, mas fui eu que paguei. Quando pôs o primeiro poste de luz pra nós, na primeira, segunda casa aqui ó, era o Mattos [prefeito]. Nós tivemos que comprar o poste de madeira. Eu e meu marido compramos um poste.⁵

Em meados dos anos 1970, não havia tratamento da água distribuída aos consumidores de Contagem, os quais representavam apenas 40% da população total (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1976, p.112). O serviço de coleta de lixo era bastante ineficiente e oferecia o nível mais baixo de atendimento dentre os municípios da RMBH que ofereciam algum tipo de serviço de coleta. Dados de 1973 demonstram que a cidade produzia 64

⁵ Entrevista concedida por M.A.S.P. à autora. Contagem/MG. 20/03/2017.

toneladas de lixo por dia. Entretanto, apenas 25% da produção de lixo da população urbana eram coletadas (PLAMBEL, 1973, p.132).

Em meio às inúmeras dificuldades e privações, havia outras tantas famílias que não tinham sequer acesso à moradia e acabavam recorrendo às favelas e à autoconstrução, como forma de escapar do pagamento de alugueis, que se tornaram cada vez mais incompatíveis com o salário que recebiam os trabalhadores recém-chegados à Contagem. O cotidiano de milhares de mulheres e homens que viviam na Cidade Industrial não era apenas o da precariedade das habitações, dos transportes, da falta de saneamento básico, dentre outras carências, mas, também, era o cotidiano da poluição. O céu estava constantemente recoberto por uma atmosfera cinzenta devido à grande dispersão de poluentes.

Imagem 2: “A fumaça que a gente tem que engolir”



Fonte: “Jornal dos Bairros”, nº22, 7 ago. a 20 de ago. 1977, p.1.

A fotografia foi retirada de uma manchete veiculada pelo “Jornal dos Bairros”⁶, em agosto de 1977. Na parte inferior da imagem, percebemos que as pessoas param para conversar ou transitam tranquilamente sob uma “cortina” de fumaça que se sobressai no horizonte de quem registra o momento. A mulher com a criança parece caminhar em direção à dispersão desses gases, o que cria um efeito assustador para quem observa a imagem. Intencionalmente, a fotografia consegue traduzir essa atmosfera de perigo cotidiana com relação à dispersão da poluição. “A fumaça que a gente tem que engolir” se refere à ação involuntária da respiração,

⁶ O Jornal dos Bairros foi criado em 1976 no contexto da crescente atuação das associações de bairro com a finalidade de noticiar a formação dessas associações, suas demandas e as respostas do poder público.

mas, antes de tudo, à exposição forçada aos riscos que as atividades industriais impunham aos moradores e trabalhadores da região.

Crianças e idosos eram o público mais acometido pelas patologias cardiorrespiratórias agravadas pela poluição do ar em Contagem,⁷ incidência esta também apresentada por diversos estudos sobre os efeitos da poluição na saúde humana.⁸ Uma das moradoras entrevistadas lembrou:

Então, muita gente aqui teve problema de pulmão. Inclusive, uma senhora aqui do lado, ela vivia com asma, sabe. (...) Muita gente teve problema de saúde sério com esse negócio. Agora, aqui em casa, graças a Deus, a gente, assim, uns é mais fortes né? Até não tivemos problema de saúde não. Mas teve muita gente... Muita criança tinha muita bronquite, muita asma, por causa do pó. O pó era demais. Nada segurava o pó.⁹

No começo da década de 1970, Contagem possuía pouco mais que 111 mil habitantes. Naquele período, em média 62% dos casos de internações nos hospitais do município se referiam a problemas respiratórios. Em 1972, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) havia encaminhado 2.243 casos médicos à Clínica de Alergia e Asma localizada na Cidade Industrial. Entre estas pessoas, 1.415 estariam com asma, bronquite ou outros problemas de respiração.¹⁰ Dos 5.998 atendimentos na Clínica Pediátrica da Mannesmann, cerca de 10% se referia a quadros de bronquite associada à gripe ou de tipo asmático (QUICK; PAULINI, 197..., p.13).

Os primeiros estudos técnicos a respeito da poluição atmosférica na Região Metropolitana de Belo Horizonte começaram a ser divulgados a partir dos anos 1970. Destacamos o trabalho “Contribuição ao Estudo da Poluição Atmosférica e das Doenças Pulmonares em Belo Horizonte” vencedor do Prêmio Baeta Vianna da Academia Mineira de Medicina, fruto da colaboração entre o médico Thelmo Carlos Quick e o engenheiro químico e sanitarista Ernest Paulini.

Os autores coletaram dados sobre a poluição do ar em duas zonas distintas: no centro da cidade de Belo Horizonte e na Cidade Industrial de Contagem. O objetivo era avaliar a grandeza do problema da poluição e contribuir para o planejamento de uma rede de postos de coleta de informações sobre a qualidade do ar. Um dos focos da análise recaiu sobre a coleta de dados

⁷ JORNAL DOS BAIRROS, nº 19, de 26 de jun. a 09 de jul. de 1977, p. 3.

⁸ Ver por exemplo: (ARBEX et al., 2012); (BAKONYI et al., 2004); (BRAGA et al., 2001); (DAPPER et al., 2016); (LOMABARDI et al., 2010).

⁹ Entrevista concedida por M.H.d.S.G à autora. Contagem/MG. 20/03/2017.

¹⁰ JORNAL DOS BAIRROS, nº 23, de 21 de ago. a 3 de set. de 1977, p. 5.

referentes às doenças das vias respiratórias em crianças que viviam na Cidade Industrial (QUICK; PAULINI, 197..., p.10).

Outro diagnóstico importante para o período foi a publicação de “Poluição Atmosférica na Região Metropolitana” (PLAMBEL,1973). O estudo foi produzido pela Fundação João Pinheiro por meio do Plano Metropolitano de Belo Horizonte (PLAMBEL) e demonstrou que algumas medições esparsas realizadas no perímetro das fábricas registraram valores muito elevados para a concentração de poeiras sedimentáveis e poeiras em suspensão em comparação com os padrões da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS).¹¹ A própria verificação visual, segundo o diagnóstico, também apontou que a Cidade Industrial era a área mais problemática da RMBH em relação à poluição atmosférica.

Ao relatarem os aspectos físicos dos resíduos que se depositavam sobre o piso, o telhado, os móveis, as roupas e as hortaliças, por exemplo, os moradores que residiam próximos às grandes plantas industriais, como a fábrica Itaú, destacavam com frequência a cor, o brilho e a textura desses materiais. O contato visual e tóxico com a poeira, o odor da fumaça inalada pelas vias respiratórias, por exemplo, condicionavam as percepções que os moradores tinham da própria poluição e a sua intensidade. Quanto mais próximo do perímetro da fábrica, mais difícil era o convívio com os resíduos lançados por ela. Uma moradora do bairro JK declarou: “Aqui a poeira é tanta que até a memória da gente já está cimentada”.¹²

De acordo com o estudo de Santi (2003, p.18), as plantas cimenteiras oferecem riscos para a saúde dos trabalhadores, para a saúde pública e para o meio ambiente. Esses riscos estão associados, sobretudo, “à exposição ao material pulverulento que permeia toda a cadeia de produção e às emissões de substâncias poluentes, que ocorrem de forma continuada, as quais, mesmo em concentrações reduzidas, caracterizam o risco crônico”. Os impactos repercutem sobre a vida dos trabalhadores, que ficam expostos ao material particulado e metais pesados e a uma rotina de constantes ruídos com altos decibéis. Essa exposição leva ao surgimento de casos de pneumoconioses – termo que indica presença de partículas sólidas no pulmão oriundas do ar respirado independente do grau de retenção e da reação produzida pelo organismo – dermatites

¹¹ Nesta área foram registrados valores entre 0,9 e 5 mg/ cm² x mês para poeiras sedimentáveis e entre 0,6 e 4,8 mg/ m³ para poeiras em suspensão. Os valores estabelecidos pela OPAS são de 0,5 mg/ cm² x mês e 0,10 mg/ m³, respectivamente (PLAMBEL, 1973, p. 6).

¹² JORNAL DOS BAIRROS, nº31, de 11 a 24 de dezembro de 1977. p. 6 e 7.

de contato, irritações das vias áreas superiores e perdas auditivas (QUICK; PAULINI, 197..., p.17).

Além dos impactos ambientais e sociais “intramuros”, podemos identificar os impactos “extramuros” da fábrica, que provocam problemas de saúde respiratória nos habitantes das proximidades das fábricas; problemas de saúde relacionados à ingestão de águas contaminadas por resíduos tóxicos; solos inférteis que geram menor possibilidade de cultivo e práticas extrativistas nas áreas do entorno das fábricas, etc., (MAURY, 2008, p.58). Uma moradora, que se mudou ainda adolescente para o bairro JK, lembrou: “Muita gente começou a apresentar problemas respiratórios. Eu nunca fumei. Graças Deus não tenho problema respiratório. Mas o meu pulmão é de fumante”.¹³ Além dos efeitos deletérios sobre o organismo dos moradores, a poeira, ou o “pó da Itaú”, invadia as casas, comprometendo pequenas plantações e sujando o ambiente doméstico.

Apesar da grande receita gerada para o município devido à intensa atividade industrial,¹⁴ Contagem mantinha uma população de baixa renda, que conviviam com inúmeras carências do ponto de vista da infraestrutura e dos serviços urbanos. Além da privação social, os moradores estavam submetidos a uma privação ambiental, já que estes indivíduos estavam mais expostos aos riscos ambientais gerados, por exemplo, pelas atividades produtivas de empresas poluentes alocadas próximas a núcleos habitacionais.¹⁵

As reclamações de populares e a pressão para que a fábrica Itaú instalasse filtros para conter a dispersão do pó de cimento tornaram-se mais incisivas a partir da década de 1970. Os protestos contra a poluição surgiram em meio às lutas urbanas contra a falta de transporte público, de moradia, de creches e contra a precariedade da vida cotidiana que atingia os trabalhadores brasileiros, especialmente nos anos 1970 e 1980.¹⁶

Novos protagonistas entram em cena

¹³ Entrevista concedida por M.A.G. à autora. Contagem/MG. 11/11/2017.

¹⁴ OPINIÃO, 04 de julho de 1975. Edição 00139, p. 10.

¹⁵ Neste trabalho, entendemos que os riscos ambientais “resultam da associação entre riscos naturais e os riscos decorrentes de processos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação do território”, tal como define Yvette Veyret (2007, p. 63, 67-69). Para a autora, as desertificações, os incêndios e as poluições são exemplos de riscos naturais agravados pelas atividades humanas.

¹⁶ Foge ao escopo deste artigo trazer maiores detalhes sobre as lutas urbanas e movimentos sociais ocorridos em Contagem neste período. Contudo, destacamos o movimento nacional de luta contra a carestia, em 1979, que tem uma forte repercussão na cidade de Contagem e a luta das mulheres por creches e por melhores condições de vida e trabalho, que mobiliza, por exemplo, a organização do 1º Encontro da Mulher promovido pelo Comitê Brasileiro pela Anistia e Movimento Feminino pela Anistia, em 1979, e o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de Belo Horizonte e Contagem, em 1980. Conferir em: SILVA, 2018, p. 77-83.

A questão da poluição na RMBH já era debatida entre técnicos e entidades ligadas ao assunto desde o início da década de 1970, quando se realizou o I Seminário sobre Controle da Poluição Industrial das Águas e do Ar na capital mineira.¹⁷ Possivelmente reflexo dessas discussões – e também do que já se debatia no contexto nacional e internacional a respeito da poluição –, em 11 de maio de 1971, o então prefeito de Contagem, Sebastião Camargos, decretou a Lei nº 960, que dispunha sobre medidas contra a poluição do ar, da água e do solo. Essa lei foi alterada e complementada pela Lei nº 1.058, de 01 de dezembro de 1972, que mais tarde foi revogada e substituída pela Lei nº 1.173, de 16 de setembro de 1974, a qual deu novas providências à matéria sobre o controle da poluição ambiental no município.

O descumprimento do novo ordenamento jurídico, que determinava novas exigências sobre a instalação de equipamentos antipoluentes, levou o então prefeito, Newton Cardoso, a multar a fábrica Itaú em 50 salários mínimos, algo em torno de Cr\$ 26.640, em 13 de junho de 1975. O representante do poder executivo local ainda fixou um prazo de 30 dias para que a empresa atendesse às exigências. A promessa era de que, se não houvesse o cumprimento no prazo determinado, as atividades da empresa seriam suspensas e, posteriormente, a indústria teria que fechar as suas portas. A tensão na Cidade Industrial aumentou uma semana depois quando cerca de vinte moradores do bairro JK e de outros bairros moveram uma ação judicial popular contra a poluição da fábrica Itaú.¹⁸ Representados por quatro advogados, os moradores entraram no Fórum de Contagem com uma ação que exigia a instalação de filtros antipoluentes no prazo de 120 dias.

“Ou acabo com a poluição de Contagem, ou deixo o meu cargo”.¹⁹ Essa era a promessa feita por Newton Cardoso diante do ultimato dado à fábrica Itaú para que esta instalasse filtros antipoluentes em suas chaminés.²⁰ O prefeito levou a cabo suas ameaças em 5 de agosto de 1975 e baixou o Decreto Municipal nº 1.326 pelo qual cassou o alvará de localização e funcionamento da indústria (GUIMARÃES FILHO, 2000, p.37). A repercussão sobre o fechamento da fábrica Itaú foi imediata nos veículos de comunicação. A TV Globo cobriu o caso e registrou as declarações dadas por alguns representantes políticos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais

¹⁷ ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, Terça-feira, 16 de junho de 1970, p. 6.

¹⁸ Encontramos uma divergência sobre o número exato de moradores responsáveis pela ação popular. Segundo Guimarães Filho (2000, p. 32) eram 21 moradores. Mas de acordo com o Jornal Opinião eram 23 moradores. Ver em OPINIÃO, 04 de julho de 1975, p. 10.

¹⁹ OPINIÃO, 04 de julho de 1975, p. 10.

²⁰ Aos repórteres da TV Globo, Newton Cardoso declarou: “Ou cai a Itaú, ou cai o prefeito”. Poluição de Contagem - JN - 17/06/1975 - TV Globo Minas, Belo Horizonte. Película 16mm, son. P&B.

(ALMG). Deputados estaduais ligados ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e também aqueles ligados à Arena (Aliança Renovadora Nacional) manifestaram seu apoio ao prefeito de Contagem.

O que o prefeito fez se não tiver amparo legal passa a ter pelo bem que vai fazer à população de Belo Horizonte. E todas as autoridades deviam agir desse jeito! Não quero saber, não. Tá fazendo mal, tá poluindo, toma no tapa! E deixa ver que bicho que vai dar”.²¹

Eu entendo, como vice-líder do governo e como deputado da Arena, que a decisão do prefeito de Contagem, que inclusive sabemos que é bacharel em Direito, é uma decisão válida nisso que se refere a impedir a indústria de poluente, porque se é verdade que essa indústria traz uma grande arrecadação ao município, não é menos verdade que há valores maiores na hierarquia social, e eu coloco aí como valor maior a saúde pública. Então, acho que é válida. O que é preciso agora um meio termo para nós conseguirmos voltar o funcionamento da indústria, protegendo também a saúde pública, o que é possível, o que é viável. A inteligência é essa. A razão é essa. Encontrar soluções que sempre estão no meio termo e não radicais. O prefeito é nosso adversário político, mas entendo que neste caso merece os nossos aplausos.²²

Em resposta ao decreto, a Companhia Cimento Portland Itaú impetrou mandado de segurança com pedido de liminar contra o que considerou “ato ilegal” do prefeito municipal de Contagem. Os advogados que representavam a empresa listaram vinte e oito “fatos” na petição que foi entregue ao juiz da comarca de Contagem em 07 de agosto de 1975.

O primeiro fato listado nesse documento argumenta que a fábrica Itaú, por sua própria natureza, emitia resíduos e, que em função dessa característica, ela estava localizada em zona própria de indústria, ou seja, na Cidade Industrial de Contagem. Todavia, apesar de estar localizada em zona “apropriada”, loteamentos e bairros residenciais se formaram de maneira inadequada nas proximidades do estabelecimento industrial, ocasionando a reclamação de moradores contra as emissões provenientes das chaminés da fábrica.²³ A defesa procurou ao longo do documento desqualificar o teor do Decreto Municipal nº 1.326 alegando não apenas a ausência de normas legais e técnicas para o controle da poluição no país, como atribuindo o ato punitivo a uma suposta intriga pessoal por parte da municipalidade. Além disso, o documento afirma que as conclusões do Conselho de Controle da Poluição Ambiental (CCPA) eram

²¹ Fala do deputado Jorge Carone (MDB) - Fechamento da Itaú - JN - 05/08/1975 - TV Globo Minas, Belo Horizonte. Película 16mm, son.P&B

²² Fala do deputado Silo Costa (ARENA) - Fechamento da Itaú - JN - 05/08/1975 - TV Globo Minas, Belo Horizonte. Película 16mm, son.P&B

²³ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Arquivos da Polícia Política. Rolo 025. Pasta 0946: Companhia Cimento Portland Itaú. ago. 1975 - set. 1975.

subjetivas, arbitrárias e sem amparo na lei. Em nenhum momento, ao longo dos 28 fatos listados, a empresa reconheceu que suas atividades produtivas poderiam provocar algum impacto à saúde humana, até porque, como demonstramos acima, ela alega ter se instalado em local apropriado, ao passo que os moradores não.

A empresa demonstrou ainda em sua defesa dados sobre o número de postos de trabalhos que seriam cessados (cerca de 700 funcionários que sustentavam 3.000 dependentes) e sobre os “irreparáveis danos às obras públicas” que uma paralisação da indústria viria acarretar. Enquanto a empresa procurava demonstrar os irreparáveis danos econômicos que poderiam advir de uma paralisação, garantia por meio de uma nota de esclarecimento que a poeira lançada pelas chaminés não provocava qualquer dano à saúde dos moradores.

A poeira expelida pelas chaminés de nossa fábrica apresenta um problema visual e um desconforto para os moradores das proximidades da fábrica. Mas seguramente não representa qualquer perigo ou dano à saúde, conforme não só a longa e documentada experiência da empresa com seus empregados e familiares, mas também por estudos médicos e científicos elaborados no Brasil e no exterior, que se encontram em nosso poder (GUIMARÃES FILHO, 2000, p. 33).

A declaração oficial emitida pela empresa foi mantida por um de seus representantes em entrevista à TV Globo:

“Essa poeira já vem sendo exalada já há bastante tempo. Ela não faz mal a ninguém, ela não é prejudicial à saúde. Nós temos dados sobre isso. Ela não está ocasionando nenhum dano imediato. Então, a continuação da atividade por mais algum tempo é pra nós uma atitude de bom senso para todo mundo”.²⁴

Não foi possível apurarmos sobre quais estudos a empresa se referiu, porém, como já demonstramos, pesquisas importantes que tinham como recorte a poluição atmosférica na Região Metropolitana de Belo Horizonte já apontavam nos anos 1970 para a associação entre as atividades industriais e os agravos nas condições cardiorrespiratórias dos indivíduos. O uso do argumento técnico-científico por parte da empresa sem oferecer maiores detalhes sugere a tentativa de se validar seu discurso a respeito da poluição, cujo objetivo principal era o de aplacar as reclamações sobre as atividades poluidoras ao desqualificar a gravidade dos incômodos percebidos pela comunidade local. A grande preocupação recaía sobre os prováveis prejuízos econômicos. É sobre este fato que se pede “bom senso” a toda a população. Segundo os seus

²⁴ Problema da Itá - JH - 09/08/1975 - TV Globo Minas, Belo Horizonte. Película 16mm, son. P&B.

representantes, não havia necessidade de paralisar o funcionamento da indústria, já que os filtros estavam encomendados e chegariam entre 11 e 15 meses, prazo estipulado pelo fornecedor.

O pedido de liminar da fábrica Itaú contra a cassação de seu alvará de localização e funcionamento foi negado pelo Juiz da Comarca de Contagem e, em 13 de agosto de 1975, a fábrica sofreu a intervenção do fiscal de saúde pública da prefeitura que, acompanhado de policiais militares, apreendeu o documento e determinou a cessação das atividades industriais. O cronograma de paralisação foi entregue pela Companhia Itaú ao chefe de Operações da Polícia Militar de Minas Geral responsável pela condução do processo de desativação, que tinha término previsto para o dia 22 daquele mês.

Contudo, tudo “durou menos que *l’espace d’un matin*”.²⁵ No dia seguinte, 14 de agosto de 1975, um telex (modalidade de serviço telegráfico precursor do fax) foi enviado de Brasília com o teor do Decreto Presidencial nº 1.413, que colocava sob a exclusiva competência do governo federal decidir sobre o fechamento de indústrias de interesse nacional.²⁶ O governador mineiro acatou a medida e recomendou ao procurador-geral do Estado que buscasse na Prefeitura de Contagem uma forma jurídica para cancelar o decreto municipal que determinava o encerramento das atividades da Itaú no município (GUIMARÃES FILHO, 2000, p.87). O Decreto nº 1.326 foi suspenso, assim como a necessidade de intervenção policial no local da fábrica (GUIMARÃES FILHO, 2000, p.68).

No dia 15 de agosto a Itaú reiniciou suas atividades amparada pela decisão presidencial. O Decreto-Lei nº 1.413 dispunha ainda que as indústrias instaladas ou a se instalarem em território nacional seriam obrigadas a promover as medidas necessárias a prevenir ou corrigir os inconvenientes e prejuízos da poluição e da contaminação do meio ambiente e que tais medidas seriam definidas por órgãos competentes, “no interesse do bem-estar, da saúde e da segurança das populações”.²⁷ Para situações já existentes, uma alternativa adequada de nova localização seria viabilizada para os casos mais graves, assim como, em geral, deveriam ser estabelecidos prazos razoáveis para a instalação dos equipamentos de controle da poluição com financiamento especial do governo federal para efeito dos ajustamentos necessários.²⁸

²⁵ Expressão utilizada por Carlos Drummond de Andrade na crônica “A Festa”, publicada pelo jornal Estado de Minas, em 23 de agosto de 1975. A expressão corresponde a algo como “durou menos que o espaço de uma manhã”. Tradução livre.

²⁶ Decreto-Lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975, art. 2.

²⁷ Decreto-Lei nº 1.413/1975, art.1, parágrafo único.

²⁸ Decreto-Lei nº 1.413/1975, art.4, parágrafo único.

A promulgação do decreto-lei pelo presidente militar Ernesto Geisel repercutiu como um alívio para outras empresas na Cidade Industrial de Contagem que tinham prazos fixados para instalar filtros antipoluentes, como Mannesmann, Concretos Rede Mix, Minas Cerâmica e Britadora Santa Rita.²⁹ A faculdade para fechar fábrica a partir daquela data estava sob a jurisdição do governo federal.

O decreto presidencial também foi notícia em jornais de grande circulação pelo país. O editorial do “Jornal do Brasil” do dia 16 de agosto de 1975 foi dedicado a celebrar a edição da norma que, para o corpo editorial, tratava-se de uma medida prática e fundamentada no bom senso.

Temos de conciliar os interesses do desenvolvimento com a qualidade de vida. Daí a importância de uma legislação, como a do decreto-lei recentemente baixado, que retira o assunto da esfera de decisões caprichosas, onde se faz sentir o risco do trânsito político e da influência eleitoreira. (...). Não é preciso o remédio extremo de fechar fábrica em país carente de empregos, quando a tecnologia põe ao alcance das indústrias meios de promover a limpeza ambiental sem apagar os seus fornos (JORNAL DO BRASIL, 16 de agosto de 1975, p.7).

Mas houve também quem discordasse da decisão do presidente militar Ernesto Geisel na esfera pública, como o ilustre poeta e cronista Carlos Drummond de Andrade, que manifestou sua profunda decepção com o desfecho sobre a intervenção da fábrica Itaú na crônica publicada pelo jornal “Estado de Minas”, em 23 de agosto de 1975.

Então compreendi por que não houve tempo de fazer festa por lá. Na fumaça concentrada, julguei ver farrapos de nuvens mais espessas (ou mais tênues?) em que se depositavam uma ou outra partícula de autonomia municipal e de sua mana estadual. “O Brasil é uma república federativa”, pois não? Fumaça antifederativa, dirá algum velho constitucionalista. Eu não saberia defini-la. Mas fumaça. Caindo sobre moradores e eleitores da nova Contagem industrial em que se transformou a antiga Contagem das Abóboras. O governador deu-se por satisfeito com o decreto. O prefeito idem. Ao vencedor, as abóboras (ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, 2ª seção, 23 de agosto de 1975).

Para Drummond, a Itaú havia vencido a “difícil parada da poluição”. Da crise desencadeada em 1975, resultou um acordo estabelecido entre a Secretária Especial do Meio Ambiente (SEMA)³⁰, representada por Paulo Nogueira Neto, a Fundação Centro Tecnológico de

²⁹ OPINIÃO, 22 de agosto de 1975, p. 11.

³⁰ Diante dos constrangimentos causados pelo Brasil na Conferência de Estocolmo, o governo criou a SEMA, Secretaria Especial do Meio Ambiente, órgão subordinado ao Ministério do Interior e que tinha pouco poder político. Segundo Lopes et. al.(2004, p. 20) a Sema foi criada “para atender por um lado, a demanda de controles

Minas Gerais (CETEC), representado por José Israel Vargas, e a Companhia Cimento Portland Itaú. O acordo, assinado em 17 de fevereiro de 1976, estabeleceu o prazo máximo de um ano para a colocação de filtros antipoluentes nas quatro chaminés da respectiva indústria (GUIMARÃES FILHO, 2000, p. 80).

A fábrica Itaú, porém, conseguiu algumas vantagens extras nesse convênio. Segundo o “Jornal dos Bairros”, a prefeitura do município de Contagem havia exigido que fossem instalados filtros eletrostáticos, que reteriam 95% do material particulado expelido pelos fornos, em contraposição aos filtros multiciclones, que absorveriam 10% a menos. Mas, segundo o acordo assinado, a Itaú seria obrigada a instalar o equipamento mais eficiente apenas em um de seus fornos, o forno IV, o que representava uma redução dos custos para a empresa, mas também dos benefícios esperados.³¹ Além disso, o prazo acordado de um ano seria respeitado apenas para a instalação dos filtros multiciclones, isto é, daqueles com capacidade de retenção inferior. O quarto forno e, coincidentemente ou não, o que tinha maior capacidade produtiva, só receberia o filtro eletrostático no prazo de dois anos, ou seja, em fevereiro de 1978.³²

O acordo teria sido o motivo para a desistência da ação popular por parte de um dos advogados que representava os moradores contra a fábrica Itaú. O pedido de desistência foi deferido e o caso arquivado, mesmo a contragosto de outros profissionais envolvidos na ação judicial (GUIMARÃES FILHO, 2000, p.79). Em fevereiro de 1977, logo após o vencimento do prazo para a colocação dos filtros multiciclones, moradores ouvidos pelo “Jornal dos Bairros” disseram não notar qualquer diferença entre a quantidade de poeira que caía antes da instalação dos filtros, para aquela que passou a cair após a instalação destes.³³ Não só as reclamações contra a fábrica Itaú continuaram a aparecer com frequência no “Jornal dos Bairros” ao longo do ano de 1977, como também denúncias contra a Mannesmann, a Lafersa, a Magnesita, dentre outras, passaram a ser recorrentes.³⁴ A preocupação com a contaminação ambiental na cidade mobilizou a criação de um Clube de Jovens Amigos da Natureza (CLUJAN), em meados de 1977. Estavam

ambientais por parte de uma minoria advertida de técnicos governamentais e, por outro, a oportunidade da chancela institucional para a captação de financiamentos internacionais para quais as garantias ambientais eram necessárias”.

³¹ Essa vantagem extra no acordo teria representado um lucro de 20 milhões de cruzeiros para a Itaú. Ver: DE FATO. Belo Horizonte, ano 1, nº 7, 1976, p. 7.

³² JORNAL DOS BAIRROS, 2º quinzena de setembro de 1976, p. 5.

³³ JORNAL DOS BAIRROS, nº 22, de 7 a 22 de ago. de 1977, p. 3.

³⁴ JORNAL DOS BAIRROS, nº 13, de 27 de mar. a 9 de abril. 1977, p. 4; JORNAL DOS BAIRROS, nº 15, de 1 a 13 de maio de 1977, p. 4; JORNAL DOS BAIRROS, nº 22, de 07 a 22 de ago. de 1977, p. 3.

entre os seus objetivos defender a fauna e a flora da região e promover a aproximação da juventude com a natureza.³⁵

É interessante observarmos que muitos grupos engajados em movimentos de defesa do meio ambiente surgiram ao longo dos anos 1970 no Brasil, principalmente a partir de 1977, num contexto inicial de abertura política no país. Parte deles começou a dar conotações mais políticas à questão ambiental, como a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), fundada em 1971, na cidade de Porto Alegre; o Movimento Arte e Pensamento Ecológico (MAPE), fundado em 1973, em São Paulo; e a Associação Paulista de Proteção Natural (APPN), também formada em São Paulo, no ano de 1976 (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 151-167).

Em 1978, apesar de afirmar ter instalado filtros em todas as suas chaminés, como previamente acordado, denúncias oriundas do bairro JK advertiam que a empresa desligava os filtros durante o período da noite e que, portanto, a fábrica continuava poluindo o ar.³⁶ Após esperar ansiosamente pela instalação dos filtros, um dos moradores do bairro localizado próximo à indústria declarou à equipe do “Jornal dos Bairros” sua pretensão em se mudar, e justificou: “Acho que a poeira aqui não vai acabar nunca, porque aqui é um conjunto de casas populares. E ninguém tem consideração com o povo”.³⁷ Em entrevista, um representante da Itaú negou as denúncias de que a fábrica desligava os filtros dos fornos I, II e III durante o período da noite.³⁸ Já o Secretário Estadual da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, afirmava que os filtros estavam sendo monitorados, que os seus resultados eram considerados satisfatórios e que qualquer problema deveria ser atribuído às “condições atmosféricas”.³⁹

De fato, os filtros eram monitorados. A partir de setembro de 1977 as medições ocorreram de forma sistemática, mas os resultados obtidos comprovaram que a eficiência mínima acordada de 85% para os fornos I, II e III não havia sido atingida (TABOADA; RODRIGUES, 1980). De acordo com o convênio firmado, havia um período de avaliação para que o órgão responsável pela monitoração divulgasse seu parecer. Se já havia dados parciais que alimentassem pelo menos uma suspeita sobre a ineficácia dos filtros multiciclones, o que explicaria os depoimentos contrários a essa perspectiva nos meios de comunicação? Por que preservar essas

³⁵ JORNAL DOS BAIRROS, nº 19, de 26 de jun. a 09 de jul. de 1977, p. 3.

³⁶ JORNAL DOS BAIRROS, nº 46, de 9 a 22 de jul. de 1978, p. 4.

³⁷ JORNAL DOS BAIRROS, nº 36, de 19 de fev. a 4 de mar. de 1978, p. 7.

³⁸ Itaú - Poluição continua, 09/12/1977. TV Globo, JN, Belo Horizonte. Película 16mm, son. P&B.

³⁹ JORNAL DOS BAIRROS, nº 46, de 9 a 22 de jul. de 1978, p. 4.

informações e até quando? Naquele momento, a ausência de informações para o grande público fez que com que o caso Itaú chegasse a um impasse, afinal, era a palavra de especialistas e responsáveis pelo acompanhamento da situação – detentores de dados concretos – contra os relatos de inúmeros moradores que levantavam todas as manhãs e ainda se deparavam com as hortaliças cobertas de um pó fino e branco que teimava em cair.

Diante da “controvérsia” sobre a eficácia dos filtros instalados nas chaminés da fábrica Itaú, os moradores reagiram se mobilizando em torno de uma vigília contra a poluição de todas as fábricas. O encontro aconteceu na Paróquia Nossa Senhora da Glória, no bairro Eldorado, entre os dias 22 e 23 de julho de 1978, e reuniu cerca de 300 pessoas.⁴⁰ Durante a vigília, os moradores rezaram, entoaram cânticos e refletiram sobre os problemas de saúde causados pela poluição provocada pela atividade de algumas fábricas na Cidade Industrial de Contagem. No decurso da procissão, as pessoas carregavam plantas, vasos d’água, ramos de planta, pássaros em gaiolas.⁴¹ Padre Gustavo Nascimento, responsável pela paróquia, afirmou: “esta era a maneira de nós, como igreja, assumirmos os problemas do povo, já que as autoridades até agora não fizeram nada”.⁴²

A Igreja foi responsável por acolher uma série de grupos de reflexão e movimentos sociais que surgiram nesse período em todo o país. Foi com o apoio dessa instituição que começaram a se articular formas mais organizadas de resistência à opressão e à exploração em Contagem (NEVES, 1994, p.179). Os “encontrões” promovidos pela Igreja estimularam a criação das associações de moradores, as quais desempenharam papel decisivo na organização dos pobres em campanhas mais amplas para pressionar o governo, como a Campanha Contra o Custo de Vida, em 1978 (ALVES, 1989, p.229).

De acordo com o “Jornal dos Bairros”, o prefeito do município (substituto de Newton Cardoso) teria feito críticas à fábrica Itaú, mas afirmou que rezar nada adiantava no caso da poluição. Entretanto, os moradores não se detiveram tão somente a rezar pela difícil situação em que se encontravam. Durante a vigília, circulou entre os moradores um abaixo-assinado em

⁴⁰ A princípio, a vigília aconteceria em frente à fábrica Itaú. Desconhecemos o real motivo para a alteração do local, mas acreditamos que esta decisão esteja de alguma forma associada a certo temor de que a vigília pudesse levantar suspeita do aparato repressor. Dessa forma, fazia-se necessária garantir a realização e a integridade do movimento, deslocando-o para paróquia local.

⁴¹ JORNAL DOS BAIRROS, nº46, de 9 a 22 de jul. de 1978, p. 4.

⁴² JORNAL DOS BAIRROS, nº 48, de 6 a 19 de ago. de 1978.p. 11.

protesto “contra a destruição do mundo que os grupos econômicos estão fazendo”⁴³, que obteve a adesão de mais de quatro mil e duzentas assinaturas e foi entregue ao Secretário Estadual da Ciência e Tecnologia José Israel Vargas.⁴⁴

A movimentação dos moradores ganhou repercussão nos meios de comunicação e teve como resultado a vinda à Belo Horizonte de Paulo Nogueira Neto, representante da Secretaria Especial de Meio Ambiente, para discutir o problema da poluição da Itaú. Ainda como resultado da pressão popular, organizou-se uma mesa-redonda da qual participaram a comissão de moradores formada após a vigília, médicos, engenheiros sanitaristas, enfermeiros, professores, representantes de entidades técnicas do governo estadual, o líder paroquial – padre Gustavo –, representantes da Liga Desportiva de Contagem, da Associação Comunitária do Bairro Camargos e do Clube de Amigos do JK. O motivo do encontro era a discussão da questão da poluição na cidade.⁴⁵

Na ocasião, os moradores expuseram os seus questionamentos aos representantes dos órgãos estaduais de controle da poluição, os quais afirmaram que a fábrica Itaú cumpriu com o acordo estabelecido e instalou os filtros, mas que aqueles denominados “multiciclones”, instalados em três dos quatro fornos, realmente se mostraram ineficientes, como comprovou e estudo produzido pelo Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC). Os moradores, então, tinham razão. A poluição persistiu, apesar da objeção dos órgãos competentes em reconhecê-la diante da comunidade até então.

O momento da reunião se mostrou propício não apenas para se debater sobre a real situação da poluição da fábrica Itaú, como também para se questionar o modelo de desenvolvimento econômico em curso, como podemos observar por meio da transcrição da fala de um morador.

O que que é a Segurança Nacional? Será que a Segurança Nacional não seria a saúde do povo? O povo com maiores condições de vida? O povo com condições de viver bem? Será que essa não é a Segurança Nacional? Será que a Segurança Nacional seria o país da gente não ir se acabando pouco a pouco, igual tá se acabando, longe de poluição? Será que o desenvolvimento brasileiro é o povo ir morrendo aos poucos?⁴⁶

⁴³ JORNAL DOS BAIRROS, nº 47, agosto de 1978. p. 7.

⁴⁴ JORNAL DOS BAIRROS, nº 48, de 6 a 19 de ago. de 1978, p. 11.

⁴⁵ JORNAL DOS BAIRROS, nº 48, de 6 a 19 de ago. de 1978, p. 11.

⁴⁶ Não foi possível apurarmos maiores informações acerca do autor da reflexão, nem tampouco averiguar se a sua fala chegou a ir para o “ar” após o processo de edição. Pela análise das imagens, em que levamos em conta a

Ao questionar a doutrina de segurança nacional, a crítica se projeta sobre um Estado que se utiliza de uma ideologia para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente deletério de desenvolvimento (ALVES, 1989, p.23), o qual também distribuía de forma desigual os riscos ambientais sobre sua população. A reflexão rebate a ideia de um desenvolvimento a qualquer preço e à custa dos mais pobres.

A luta contra a degradação da qualidade do ar, assim como outros movimentos ambientais, teve ressonância nas estratégias que questionaram e resistiram aos processos de expropriação das condições materiais de sobrevivência, na medida em que o meio ambiente surgiu como suporte da vida e do trabalho das populações e a sua destruição corresponderia diretamente à destruição de modos de vida. É dessa forma que esses movimentos se articularam às reivindicações democráticas e se integraram às demais lutas sociais (CARVALHO; FARIAS; PEREIRA, 2011, p.38).

Ao final da reunião, um novo acordo foi apresentado aos participantes, para resolver o problema da poluição. Os órgãos representados se comprometeram a estudar junto à fábrica Itaú uma solução que de fato pudesse ser mais eficaz no controle da emissão de poluentes na atmosfera. Os técnicos presentes se prontificaram a ouvir as sugestões e reivindicações que partissem das comunidades dos bairros atingidos e a fábrica Itaú permitiu a instalação de selos nos equipamentos de controle para assegurar o seu funcionamento sem interrupção.⁴⁷ Àquela época, a Itaú despejava em torno de 26 toneladas de pó por dia, cinco vezes mais que o recomendado pela Organização Mundial de Saúde. Apesar da gravidade da situação, seria preciso ainda que os moradores esperassem um pouco mais pelos trâmites burocráticos para, enfim, sonharem com um ar menos poluído na Cidade Industrial.

A resposta frente à pressão dos moradores é um dos momentos mais importantes no enredo que se constrói sobre o conflito de caráter socioambiental que envolveu a fábrica Itaú. Não é possível ainda falarmos de uma “gestão democrática” do conflito, mas é possível afirmarmos que a comunidade local, por meio de alguns de seus representantes, conseguiu ser ouvida e tomar parte dos processos decisivos. A gestão do litígio desde agosto de 1975 estava monopolizada na figura do Estado, que estabelecia acordos bilaterais com a indústria, sobre os

linguagem e o vestuário utilizados, acreditamos se tratar de um representante comum da comunidade, na faixa dos 30 anos. Ver: Itaú-Cenas de Poluição, 02/08/1978. TV Globo, JH, Son Belo Horizonte. Película 16mm, son. P&B.

⁴⁷ JORNAL DOS BAIRROS, nº 48, de 6 a 19 de ago. de 1978, p. 11.

quais notadamente se priorizavam interesses econômicos em detrimento dos interesses do bem-estar da população e do meio ambiente. As próprias estruturas institucionais de avaliação e de controle dos impactos ambientais se voltavam neste caso para a legitimação do empreendimento industrial e de seus interesses. A realização da vigília e a entrega do abaixo-assinado pressionaram os órgãos públicos ligados ao problema da poluição a fornecerem uma explicação e a reconhecerem a falha dos equipamentos, algo que os moradores já haviam constatado por meio dos sentidos. A natureza limitada das informações, a assimetria no acesso a elas e a desconsideração do tempo de escuta da sociedade refletiam-se, assim, na manutenção das desigualdades socioambientais locais (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p.119).

O “Jornal dos Bairros” falava de um verdadeiro “Movimento Contra Poluição da Itaú” organizado a partir de uma comissão coordenadora que se formou após a vigília reunindo moradores de diversos bairros, representantes de associações de bairros e o pároco padre Gustavo. A comissão elaborou e distribuiu sete mil boletins convocando os moradores para uma assembleia no Colégio Helena Guerra, localizado no bairro Eldorado. Uma das moradoras entrevistadas disse não ter participado diretamente de toda a movimentação, mas que ajudou no chamamento dos moradores para as reuniões: “Só ajudei a botar fogo na fogueira. Distribuía papel. Recebia papel. Passava papel para os outros”.⁴⁸

A reunião no Colégio Helena Guerra contou com a participação de 250 pessoas e diversas estratégias de ação foram definidas pelo grupo, tais como: a realização de uma nova vigília em outubro de 1978, sob a orientação de padre Gustavo; a redação de uma carta aberta direcionada ao governo federal, devendo conter pelo menos 20 mil assinaturas e com ampla divulgação para os veículos de comunicação; a mobilização de clérigos de paróquias vizinhas, sindicatos e entidades diversas; reuniões quinzenais entre os membros da comissão; e a integração de alunos e funcionários das escolas e cursos locais das mais variadas formas ao movimento contra a poluição.⁴⁹

Transcrevemos a seguir parte da carta aberta enviada ao Presidente da República, General Ernesto Geisel.

Através desta carta aberta, vimos solicitar providências de Vossa Excelência para que a solução a ser adotada elimine definitivamente a poluição desta fábrica, no prazo mais curto possível. Há mais de 30 anos a Itaú vem

⁴⁸ Entrevista concedida por M.D.L.P à autora. Contagem/MG. 01/02/2018.

⁴⁹ JORNAL DOS BAIRROS, nº 50, de 03 a 16 de setembro de 1978, p. 3.

incomodando os moradores desta região, prometendo diversas vezes ao governo municipal resolver o problema. Desde que V. Êxcia. chamou para si a competência de punir indústrias poluidoras, principalmente no caso da Companhia Cimento Portland Itaú a solução do problema deveria, certamente, ser ponto de honra para o governo (“JORNAL DOS BAIRROS”, nº 50, de 03 a 16 de setembro de 1978, p.3).

A postura reivindicatória do documento nos chamou a atenção, porque, embora estivéssemos em um período de gradativa abertura política, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) ainda vigorava no país proibindo, por exemplo, atividades ou manifestações sobre assuntos de natureza política.⁵⁰ Os moradores atribuíram a responsabilidade pela continuidade da poluição da fábrica Itaú ao governo federal e o documento se constituiu como um claro manifesto de reprovação à conduta do executivo, que monopolizou a faculdade para se punir empresas poluidoras, mas não interviu de forma concreta na resolução do problema.

As fontes que analisamos não mencionaram se o presidente Geisel tomou conhecimento do conteúdo dessa carta, nem sobre qualquer resposta do seu governo a ela. De toda forma, o nosso intuito ao analisar essa documentação é o de reafirmar um contexto de progressiva sensibilização pública e de resistência da sociedade civil contra as disparidades sociais e ambientais próximo ao fim da década de 1970.

Abaixo-assinados, vigílias, reuniões semanais, cartazes e até o uso de um carro com alto-falante foram estratégias de ação significativas na arregimentação dos moradores para a luta contra a poluição, ainda que o movimento contra a poluição não alcançou um número tão expressivo de moradores a ponto de engajar multidões. Por vezes, “a coisa ficava esvaziada”, como se referiu um morador ao comentar sobre as dificuldades encontradas no processo de trazer e de manter as pessoas no movimento. Mas completou em seguida: “Se a gente tivesse desanimado quando isso acontecia, hoje estaríamos debaixo do pó e nada iria melhorar”.⁵¹

É importante destacarmos a persistência de alguns moradores que acreditaram no apelo da força popular e continuaram pressionando as autoridades competentes. Nesse processo, o envolvimento e o apoio das associações de bairros e da própria Igreja Católica são muito significativos, porque atuaram como “catalisadores de sensibilidades” quanto à poluição sofrida pela população (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p.119).

⁵⁰ O AI-5 só foi revogado em 13 de dezembro de 1978.

⁵¹ JORNAL DOS BAIRROS, nº88, de 29 de mar. a 25 de abril de 1980, p. 3.

A pressão do “Movimento Contra a Poluição da Itaú” teve como resposta o estabelecimento de mais um novo acordo em outubro de 1978, que dava à fábrica Itáú mais 18 meses para se adequar e reduzir em 98,5% a sua emissão de poluentes. O não cumprimento do acordo no prazo definido acarretaria o desligamento dos fornos da indústria no dia 03 de abril de 1980. A aparente vitória contra a poluição da fábrica Itáú serviu de estímulo para a luta contra outras empresas também consideradas poluidoras na região da Cidade Industrial, como a Lafersa, que expelia uma fumaça preta e incomodava a muitos no bairro JK. Na charge a seguir, temos uma grande rolha de cortiça sendo preparada para vedar as chaminés das fábricas poluidoras. A intenção era celebrar a vitória contra a poluição da Itáú e colocar em pauta uma nova campanha, agora contra a poluição da Lafersa. A fumaça das fábricas, que por tanto tempo passou a ser sinal de progresso, tornou-se um impropério e precisava ser obstruída, não por uma rolha gigante, evidentemente, mas pela ação filtros de eficácia comprovada.

Imagem 3: O fim do pó da Itáú



Fonte: “Jornal dos Bairros”, nº 57, dez. 1978

Responsável pela cobertura de vários momentos desde o início dos protestos contra a fábrica Itáú, a TV Globo produziu e exibiu entre julho de 1978 e janeiro de 1979 a novela “Sinal de Alerta”. A trama principal enfatizava o perigo da poluição nas grandes cidades tendo como enredo a campanha contra a poluição atmosférica provocada por uma fábrica de fertilizantes e inseticidas localizada no Rio de Janeiro. É notável a proximidade de algumas cenas da novela com os acontecimentos ocorridos em Contagem no mesmo período. Os protagonistas, por exemplo,

organizaram uma vigília, com o apoio do padre local, para manter os moradores em greve de fome até que uma solução para o problema da poluição fosse encontrado.⁵²

Em Contagem, os protagonistas da vida real, que serviram de inspiração para a telenovela, sentiram-se cada vez mais responsáveis pelas mudanças que desejavam no município. No entanto, ainda seria preciso encarar a repressão política daqueles anos para defenderem não apenas as lutas sociais e ambientais, como a sua própria emancipação política. “Há uma consciência que nasce, lenta e gradualmente, nesta nossa Cidade Industrial. O momento é de extrema gravidade, exigindo equilíbrio, ação e oração”.⁵³ Essas palavras iniciaram a vigília celebrada por vinte e cinco padres das paróquias da Cidade Industrial contra o desrespeito aos direitos humanos, à violência e à repressão que atingiam os moradores-trabalhadores de Contagem.

Na ocasião, foram lembrados os ataques às sedes de algumas entidades que apoiavam as lutas dos moradores e defendiam os interesses populares, como o Centro Cultural Operário (CCO), o Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Comunitária (GETEC) e o próprio “Jornal dos Bairros”, que teve a sua sede invadida e vários equipamentos e publicações roubados. Além disso, os padres denunciaram a invasão da Pastoral e a violação de suas correspondências.

Apesar da repressão, os moradores permaneceram mobilizados e comprometidos com as diversas lutas locais. Nos grupos de reflexão apoiados pela Igreja Católica, os moradores debatiam não apenas a questão da poluição do ar, como também as condições de trabalho, a violência policial e a necessidade dos cristãos lutarem para resolver estes problemas. As passagens do Evangelho eram utilizadas como referências para a reflexão sobre a situação do povo e o julgamento sobre as injustiças da vida cotidiana.⁵⁴

A expectativa em torno da colocação dos novos filtros pela fábrica Itaú era grande. O “Jornal dos Bairros” estabeleceu, a partir de dezembro de 1979, uma emocionante contagem regressiva para o fim da poluição. A cada edição lançada, atualizava-se a contagem de dias para o encerramento do prazo dado à fábrica Itaú: “Faltam menos de 30 dias para acabar o infernal pó da Itaú”. O jornal alimentou as expectativas trazendo matérias que relembravam o histórico de luta contra a poluição e endossava a participação e a vitória dos moradores.

⁵² De autoria de Dias Gomes e Walter George Durst, “Sinal de Alerta” contou com 112 capítulos. Ver: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/sinal-de-alerta/>. Acessado em 12/03/2020.

⁵³ JORNAL DOS BAIRROS, nº 76, 14 a 27 de set. de 1979, p. 12.

⁵⁴ JORNAL DOS BAIRROS, nº 63, de 10 a 23 de mar. de 1979, p. 4.

O relatório final de acompanhamento da situação na fábrica Itaú atestou que durante o período de avaliação (julho de 1978 a outubro de 1979) a indústria se esforçou para melhorar as características operacionais dos equipamentos em atividade e adequar suas ações aos termos do convênio estabelecido com os órgãos competentes. De acordo com o histograma comparativo das médias mensais obtidas em 1978 e 1979, no município de Contagem, houve sensível redução nos níveis medidos, mas os valores ainda superavam, e muito, os níveis recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para áreas industriais e residenciais (TABOADA; RODRIGUES, 1980, p.7).

As próximas etapas necessárias ao acompanhamento exigiam a medição nas quatro chaminés para a avaliação da emissão e da operação dos equipamentos. Porém, para dar continuidade ao trabalho, era necessário o envio e a aprovação pela Secretaria Especial de Meio Ambiente de nova proposta de ordem de serviço. Nossa pesquisa não encontrou qualquer documento que comprovasse o atendimento a essa nova solicitação.

Apesar de desconhecermos em termos técnicos a eficácia dos novos filtros instalados, sabemos que a recepção dos moradores foi positiva. “O pó da Itaú” parecia realmente ter chegado ao fim de acordo com as declarações dos moradores ao “Jornal dos Bairros”. Para comemorar a vitória, foi celebrada uma missa na paróquia do bairro Eldorado que contou com a presença de 800 pessoas. Durante a celebração, realizou-se uma caminhada ao redor da praça do bairro com moradores carregando pássaros, cartazes e plantas. Os membros da comissão contra a poluição, incluindo padre Gustavo, ressaltaram o esforço coletivo e a importância daquela vitória para toda a comunidade, mas que ainda era preciso cobrar o fim da poluição de empresas como a Lafersa e a Magnesita, que continuavam poluindo o ar da cidade de Contagem.⁵⁵

Durante o ano de 1980, as edições do “Jornal dos Bairros” deram destaque a esses novos enfrentamentos e negociações entre moradores, órgãos regulatórios e donos de indústrias, como a Lafersa. Nada se falou contra a fábrica Itaú até meados de 1981, quando o jornal publicou uma pequena nota denunciando que a Itaú teria voltado a despejar o pó de cimento retido nos filtros durante o período da noite.⁵⁶ Nas edições subsequentes, não mais encontramos qualquer notícia que reiterasse essa situação. A última edição do “Jornal dos Bairros”, que passava por dificuldades financeiras, foi distribuída em dezembro daquele ano.

⁵⁵ JORNAL DOS BAIRROS, nº 89, de 26 de abril a 23 de mai. de 1980, p. 4.

⁵⁶ JORNAL DOS BAIRROS, nº 104, julho de 1981, p. 7.

De toda forma, a indústria diminuiu sistematicamente suas atividades na Cidade Industrial deixando de produzir cimento a partir de julho de 1984 e, encerrando totalmente as suas atividades em Contagem em 1988. A explicação para a desativação está atrelada a alguns fatores.

Nos anos 1980, não apenas o consumo interno de cimento se reduziu devido à crise econômica e social que assolava o país, como também existiam dificuldades para a importação de óleo combustível devido à adoção de uma nova política energética pelo governo brasileiro (MELO, 1992, p.195 e 198). Essa política desencorajou o uso do petróleo aumentando significativamente o seu preço e estabelecendo cotas para o fornecimento de óleo às indústrias. A medida teve um impacto significativo se considerarmos que a fábrica Itaú consumia em seu processo produtivo mais energia térmica do que outras indústrias do mesmo ramo e, conseqüentemente, mais combustível.

Não podemos nos esquecer de que no mesmo período surgiram normas ambientais que progressivamente estabeleceram limites de emissão de poluentes tanto para essa atividade produtiva quanto para outras fontes fixas. O Grupo Votorantim, que respondia pela Itaú naqueles anos, havia destinado muitos recursos para “despoluir” o processo de fabricação do cimento na unidade produtiva de Contagem devido à grande pressão popular. Adequar-se a uma política energética convertendo, por exemplo, o seu processo produtivo para um modelo menos dispendioso, não se ajustava, muito possivelmente, aos planos da empresa, que optou por desativá-la sistematicamente.

É importante compreendermos que, embora o processo de desativação da fábrica Itaú tenha definitivamente posto fim à poluição que incomodou por tanto tempo os moradores de Contagem, seu fechamento não coroou a vitória daqueles que se engajaram no Movimento contra a poluição da Itaú. A desativação da indústria representou também a perda de vários postos de trabalho em um período marcado pela recessão econômica. A trajetória de luta dessas pessoas, porém, deve ser lembrada como um movimento de resistência contra um modelo que explorou os cidadãos mais pobres e distribuiu de forma desigual a riqueza e também os malefícios ambientais do desenvolvimento.

A luta contra a poluição do ar em Contagem questionou esse modelo e reivindicou o direito ao bem estar e às melhores condições de vida, assim como também se desenvolveu como uma trama conectada a outras inúmeras narrativas, a um contexto nacional de protestos e de pressão ambiental contra indústrias poluidoras consideradas de “interesse nacional”. Dessa

forma, é possível interpretar o movimento contra a poluição em Contagem como um fenômeno de aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais.

Ao término desta pesquisa, não seria um equívoco dizermos que “o pó da Itáú” permanece na memória dos moradores mais antigos da cidade de Contagem e, quem sabe, encontra-se silenciosamente depositado em alguns dos seus milhões de alvéolos pulmonares.

Referências Bibliográficas:

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 151-167, nov. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300008 Acessado em: 12 mar. 2020.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5.ed. Tradução: Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1989.

BAKONYI, Sonia Maria Cipriano et al. Poluição atmosférica e doenças respiratórias em crianças na cidade de Curitiba, PR. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 38, n. 5, p. 695-700, Oct. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102004000500012&lng=en&nrm=iso Acessado em: 12 mar. 2020.

BRAGA, Alfésio Luís Ferreira et al. Poluição atmosférica e saúde humana. **Revista USP**, São Paulo, n.51, p. 58-71, set./nov., 2001.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acessado em: 12 mar.2020.

CARVALHO, Alessandra Isabel de; PÁDUA, José Augusto; SEDREZ, Lise Fernanda. A Pós-Graduação e o Avanço da História Ambiental na América Latina. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v.7, n.3, set. -dez. 2018, p. 11-20. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/download/3424/2471/>. Acesso em: 20 abril. 2020

CARVALHO, Isabel Cristina Moura; FARIAS, Carmen Roselaine; PEREIRA, Marcos Villela. A missão "ecocivilizatória" e as novas moralidades ecológicas: a educação ambiental entre a norma e a antinormatividade. **Ambient. soc.**, São Paulo, v.14, n.2, p. 35-49, dez. 2011. p.38 Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2011000200004&lng=en&nrm=iso. Acessado: 12 mar. 2020.

CONTAGEM. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Boletim de Informações e Dados Urbanos**. Agosto de 2014.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

DRUMMOND, José Augusto. Conceitos básicos para a análise de situações de conflito em torno de recursos naturais. In: BURSZTYN, M. (Org.). **A Dificil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, 123-148.

DRUMMOND, José; BARROS-PLATIAU, Brazilian Environmental Laws and Polices, 1934-2002: A Critical Overview. **LAW & POLICY**, v.28, n.1, January, 2006.

DUARTE, Regina Horta. “Turn to pollute”: poluição atmosférica e modelo de desenvolvimento no “milagre” brasileiro (1967-1973). **Tempo**, Niterói, v. 21, n. 37, p. 64-87, June 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042015000100004&lng=en&nrm=iso>. Acessado: 12 Mar. 2020.

_____. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. **Luso-Brazilian Review**, v.41, n.2, p.144-162, 2005.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Os fantasmas do vale: conflitos em torno do desastre ambiental em Cubatão, SP. Revista de Ciências Sociais – **Política & Trabalho**, v. 25, p. 165-188, 10 dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6744>. Acessado em: 12 de mar.2020.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Situação ambiental na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: s.n., 1976.

GUIMARÃES FILHO, Tito (Coord.). **Dossiê Itaú- A fumaça Assassina**. Belo Horizonte: Armazém de ideias, 2000.

LITTLE, Paul Elliot. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. p.107-122. In: BURSZTYN, M. (Org.). **A Dificil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p.107-122.

LOPES, José Sérgio Leite (Coord.) / ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia. (Orgs.). / HEREDIA, Beatriz et al. **A ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, UFRJ, 2004.

MAIA, Carlos Alvarez. **História, Ciência e Linguagem: O dilema do relativismo-realismo**. - 1.ed. –Rio de Janeiro: MauadX, 2014.

MAURY, Maria Beatriz de Carvalho. **Impactos e conflitos da produção de cimento no Distrito Federal Brasília**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2008.

MELO, Maria Cristina Pereira de. Ajustamento energético dos anos 80: a experiência da indústria cimenteira brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, vol. 46, nº 2, abr./ jun. p. 185-210, 1992, p.195 e 198. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/548/7895>. Acessado em : 12 mar. 2020.

MINAS GERAIS. **Diagnostico das áreas industriais existentes na região metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1978.

MOISÉS, José Álvaro. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: **Cidade, Povo e Poder**. 2 ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1985.

NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de contagem** – Petrópolis: Vozes, 1994.

PEREIRA, Elenita Malta. Meio Ambiente e Ditadura no Brasil: A luta contra a Celulose Borregaard (1972-75) **Revista de História IberoAmericana**. Vol. 7, nº 2. 2014, p. 1-20.

QUICK, Telmo; Carlos, PAULINI, Ernest. **Contribuição ao estudo da poluição atmosférica e das doenças pulmonares em Belo Horizonte**. Academia Mineira de Medicina. Fundação João Pinheiro, 197...

SANTI, Auxiliadora Maria Moura. **Co-incineração e co-processamento de resíduos industriais perigosos em fornos de clínquer: investigação no maior pólo produtor do País, Região Metropolitana de Belo Horizonte, MG, sobre os riscos ambientais e propostas para segurança química**. Tese (Doutorado em Engenharia) - Faculdade de Engenharia Mecânica. Universidade de Campinas, 2003.

SILVA, Renata Cristina. **Poluição do ar e conflitos socioambientais: o caso da fábrica Itaú – Contagem – Minas Gerais (1975-88)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

TABOADA, Adelino Guillén; RODRIGUES, Clóvis Walter. **Itaú antipoluidores: Relatório de acompanhamento da situação na Fábrica Itaú, em Contagem**. Belo Horizonte: CETEC, 1980.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. **“A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar”: A geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do Bairro Camargos em Belo Horizonte - MG**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2015/08/tese-raquel.pdf>. Acessado em: 12 mar. 2020.

VEYRET, Ivete. (Org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.